

POLÍTICA

5 DEZ 1991

Econ. Brasil

HAROLDO HOLLANDA

A recessão em exame

O ex-ministro e deputado Delfim Netto, do PDS, acha que com todo o esforço e sacrifícios que vem impondo ao País, o Governo irá estabilizar a inflação em torno de 25 a 26%, o que seria muito pouco. O deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB, lembra o encontro que teve no domingo em Brasília com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, o qual se mostrou otimista quanto ao futuro da economia nacional, declarando que falta apenas às autoridades brasileiras completar um ciclo para que nosso País possa colher resultados duradouros. O PMDB, através da voz do seu líder, deputado Genebaldo Correia, continua a defender, para a reforma tributária em discussão no Congresso, políticas sociais compensatórias, que amenizem a recessão, notadamente no próximo ano, quando ela deverá se aprofundar. O PMDB admite apoiar a reforma tributária, desde que se assegure a rolagem da dívida dos estados e haja transferência de recursos para políticas sociais destinadas a amenizar a situação das populações de baixa renda.

Outro ex-ministro, o deputado Roberto Campos, do PDS, acredita que a política econômica do atual Governo poderia produzir resultados mais favoráveis e imediatos, se o seu programa de privatização não fosse tão tímido. No seu entender, se o Governo privatizasse uma empresa do porte da Telebrasília, sanearia de imediato o déficit público, uma das causas da reinante inflação brasileira. Também atribui grande importância a aprovação do Emendão. Segundo o ex-ministro, o recomendável teria sido associar, desde o início, uma rígida política monetária a uma política fiscal coerente, de cuja importância só agora o Governo se apercebeu. Comenta-se o aprofundamento

da recessão por que passa o Brasil. Lembra Campos o período em que foi ministro do Planejamento no governo Castello Branco.

Assinala que junto com o então ministro da Fazenda, Gouveia de Bulhões, aplicou também uma rígida política monetária para combater a inflação. Mas ao mesmo tempo, enfatiza, cuidou de liberalizar os preços dos produtos agrícolas, o que assegurava trabalho e produção. Só recentemente, frisa, o Governo Collor se deu conta da importância da agricultura. Sem inflacionar, criou a caderneta de poupança, que, através do Banco de Habitação, estimulou a construção civil, o setor que mais emprega mão-de-obra. Simultaneamente a isso, propiciou condições ao aumento das exportações. Essas ações combinadas, de acordo com o ex-ministro, foram desencadeadas como medidas preventivas contra os riscos de uma explosão social, decorrente da fase de recessão a que o país iria se submeter. Também recorda que tornou mais liberal a legislação de remessa de lucros para o exterior, como forma de atrair investimentos estrangeiros, mas que só foram favorecer seu sucessor no comando da economia nacional, o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto. Isso aconteceu porque, de acordo com Roberto Campos, o investidor estrangeiro leva tempo para absorver providências dessa natureza, que recomenda, deveriam ser tomadas pelo presidente Collor. Já o senador Beni Veras, do PSDB, é da opinião de que o Governo não tem condições de manter por muito tempo uma política de juros tão elevados como vem praticando, combinada com uma crise social decorrente da recessão com a qual nos defrontamos.